

ENSINO E PESQUISA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DOCENTE

O CRESCIMENTO DA COMPETIÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA: RITOS DE PASSAGEM, ESTRESSE E ESGOTAMENTO

Nesta edição, o ADUR Informa apresenta a discussão de um problema grave, que tem atingido uma parte significativa dos docentes, mas que raramente é debatido em nosso cotidiano: o avanço na exploração do trabalho docente e suas relações com a saúde.

Apesar de algumas peculiaridades de nossa carreira, este não é um problema específico e não se restringe à nossa universidade ou aos nossos laboratórios. Ao observarmos com atenção às políticas que foram implementadas, nas últimas décadas, nos âmbitos da educação, ciência e tecnologia no país, detectamos facilmente a transformação do papel do Estado e as suas conseqüências nefastas para a universidade e para as nossas vidas.

Gradativamente, os recursos que mantinham as universidades com alguma autonomia foram reduzidos. Atualmente, ainda são poucas aquelas que são capazes de gerar uma produção científica e tecnológica livre das pressões do Estado e do chamado "mercado". O que se vê é a emergência de sistemas de avaliação produtivistas, com o privilégio cada vez maior dos chamados "centros de excelência" e verbas distribuídas através de um rígido controle sobre linhas de pesquisa e projetos. Tenta-se transformar a produção intelectual em instrumentos de governo, e ela se aproxima, cada vez mais, dos interesses do mercado.

Ao mesmo tempo, as políticas de "enxugamento" do serviço público e de "minimização" do papel do Estado atingiram fortemente as universidades. A redução de seus quadros não foi acompanhada pela subtração de atividades. Muito pelo contrário. Se por um lado o sistema produtivista ameaça excluir os que eles chamam de "improdutivos", por outro, as condições para a produção intelectual se deterioraram e os encargos acadêmicos se multiplicaram.

As universidades conseguiram aumentar a sua produção científica num período em que o investimento do governo nesta área foi descendente. Seria lógico imaginar que esta "produtividade" está baseada no avanço sobre a nossa força de trabalho. Cada vez mais usamos as noites, os finais de semana e feriados para dar conta da crescente demanda de atividades e compromissos profissionais. As jornadas de trabalho para os docentes que lutam para se manterem "incluídos" nos sistemas de produção científica passam a ser de dez/doze horas diárias, quando não acima disto. O enxugamento de vagas de técnico-administrativos nos obriga a "bater o escanteio", correr e cabecear ao mesmo tempo. Professores também acumulam as funções de digitadores, laboratoristas, contínuos, etc, etc.

O esgotamento físico e mental dos docentes - também conhecido como síndrome de burnout - reflete esta situação injusta que nos oprime como trabalhadores.

Contudo, é preciso não nos esquecermos de que estas transformações estão integradas às políticas implementadas a partir do governo Collor (1990-1992), e que permanecem em pauta ainda na gestão Lula da Silva, apesar do discurso transverso. As reformas nas universidades e no sistema científico e tecnológico, propostas e em implementação por este governo, aprofundam a tendência neoliberal de transferir para o mercado boa parte do controle e dos benefícios gerados com recursos públicos. Podem-se evidenciar as transformações no papel do Estado com as reformas da previdência, sindical e trabalhista, além da universitária. Esta última, especialmente, também ataca a autonomia das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Esta edição do ADUR Informa busca discutir os efeitos desta nova forma de "exploração" de nosso trabalho, tão importantes em nosso dia-a-dia, na nossa qualidade de vida, no desenvolvimento de nossas aspirações e potencialidades profissionais e pessoais.



LEIA NESTA EDIÇÃO:

ÁRVORE DA ADUR-RJ É
DERRUBADA DESNECESSARIAMENTE
PÁGINA 5

ADUR-RJ DISCUTE INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA EM PLENÁRIA DO
SINPAF
PÁGINA 6

CHAPA 1 VENCE CONSULTA
ELEITORAL PARA DCE DA UFRRJ
PÁGINA 7

ENTIDADES DIVULGAM NOTA PÚBLICA
SOBRE O ANTEPROJETO DA REFORMA
UNIVERSITÁRIA
PÁGINA 8

SETOR DAS IFES DEFINE PROPOSTA
DE REAJUSTE SALARIAL E APONTA
DEBATES SOBRE INDICATIVO DE
GREVE
PÁGINA 9

SPF'S DEFINEM PROPOSTA DE
POLÍTICA SALARIAL E PREPARAM-SE
PARA GREVE
PÁGINA 9

MNPN NÃO CHEGA A CONSENSO
SOBRE POLÍTICA SALARIAL DOS
SPF'S
PÁGINA 10

PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ÁGUA
NO RIO GRANDE DO SUL
PÁGINA 11

CONCESSÃO DE FLORESTAS
PÚBLICAS À INICIATIVA PRIVADA
PÁGINA 11

AMEAÇA CONTRA A VIDA DE
LIDERANÇAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA
PÁGINA 12

SÍNDROME DE BURNOUT ATINGE DOCENTES

EXCESSO DE TRABALHO E COMPETIÇÃO NA ACADEMIA LEVAM PROFESSORES AO ESGOTAMENTO FÍSICO E MENTAL

Ao sociólogo italiano Domenico de Masi é atribuída a teoria do "ócio criativo". Segundo de Masi, em uma sociedade pós-industrial, não há distribuição igualitária do saber, do poder e do trabalho. A necessidade excessiva de consumir e produzir "enrijece" o ser humano, já que ele não consegue dispor de tempo para desenvolver sua criatividade e outras habilidades inerentes à espécie. Para o sociólogo, passar uma tarde lendo o jornal, ouvindo música ou dormindo até mais tarde pode ser mais do que uma válvula de escape para as pressões do cotidiano.

Mas como o que tem sido chamado de professor-pesquisador pode se dar ao luxo de deixar sua criatividade fluir se mal sobra tempo para os programas e compromissos familiares? Há quanto tempo um professor-pesquisador não sai para se divertir com amigos ou dedica-se às leituras que não tenham a ver com o seu trabalho? Será que este profissional realmente se atém a desempenhar suas funções somente durante o horário para o qual foi contratado?

Estas e muitas outras questões têm feito parte do cotidiano de milhares de docentes brasileiros. Contudo, pouco se discute sobre a exploração do trabalho docente no Brasil. Sendo assim, o ADUR Informa disponibiliza, nesta edição, um espaço para tratar do tema e convida todos os professores para esta discussão.

Para tanto, tomaremos por base um estudo recente, realizado por professores do Departamento de Bioquímica Médica e do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pelo qual indicam quais as causas e as conseqüências da exploração do trabalho docente para a categoria.

Leopoldo de Meis, Andrea Velloso, Denise Rocha Correa Lannes, Maria Scarlet do Carmo e Carla de Meis publicaram o artigo "The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout" (O crescimento da competição científica brasileira: ritos de passagem, estresse e esgotamento) no

Brazilian Journal of Medical and Biological Research, em 2003. Este artigo está disponível, para consulta na íntegra, no endereço eletrônico da ADUR-RJ.

Os autores do artigo aplicaram um questionário a integrantes do departamento de Bioquímica da UFRJ, considerando aqueles que têm um desempenho muito produtivo, segundo os critérios das agências de fomento à pesquisa. De acordo com a metodologia descrita na pesquisa, foram 124 entrevistas semi-estruturadas e 25 diálogos abertos. Pelas respostas, os autores conseguiram identificar que os docentes parecem estar numa encruzilhada: como conciliar ensino e pesquisa, sobretudo em instituições públicas, frente às reais condições do sistema educacional brasileiro, e ainda assim apresentar um alto índice de trabalhos publicados?

Dilema: produtividade x qualidade

De acordo com os autores, na última década, houve um aumento considerável do número de publicações brasileiras, seja em periódicos nacionais ou internacionais. Isto contrasta, segundo eles, com a queda do investimento do governo brasileiro em Ciência e Tecnologia (C&T), nos anos de 1996 a 2002.

A partir desta discrepância, o citado grupo de pesquisadores resolveu investigar a relação entre o cotidiano docente e o "incentivo" concedido pelas agências de fomento. Conclui que estas agências – entre elas, as principais: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – estimulam a competição entre os professores.

Esta competição também está travestida de "incentivo" ou "estímulo" à Docência – como nos casos da GID e da GED – e é incentivada pelo Ministério de Educação. Vale ressaltar, que há muito o Sindicato Nacional dos Docentes tem lutado para incorporar o valor da GED ao salário e dar fim a

qualquer tipo de avaliação que contemple a produtividade por critérios quantitativos e não qualitativos.

Como demonstram os autores do mencionado artigo, esta necessidade de "sair na frente" pode levar ao estresse e, conseqüentemente, ao esgotamento físico e mental dos professores e pesquisadores. É sabido que muitos acumulam horas-aula, tempo de orientação aos discentes e à prática da pesquisa, pois há uma escassez de profissionais em diversos setores, que vão do ensino fundamental ao superior. Pelo citado artigo, comprova-se que o número de docentes aumentou no país, contudo, a maior parcela concentra-se em instituições particulares.

Do mesmo modo, se os alunos de graduação, em sua ampla maioria, freqüentam universidades particulares, a situação é inversa quando se analisa a situação dos estudantes de pós-graduação do país. A maior parte dos pós-graduandos está em universidades públicas, que assim como as particulares, são avaliadas pela CAPES. Esta avaliação, que segue critérios rígidos – que vão da análise de currículo do corpo docente ao número de anos que os estudantes levam para defender dissertações ou teses – atribui à instituição uma nota que varia entre 1 e 7. Quando alcança 3 ou mais pontos, a instituição recebe determinada quantidade de bolsas de estudo para ser distribuída entre os estudantes.

Outro critério que se considera nesta avaliação da CAPES é a produção científica do corpo docente, que perpassa pela quantidade de publicações que obtive. Para se ter uma idéia de como a "produtividade" tem sido inerente às atividades da academia, de 1997 a 2000, os cientistas brasileiros publicaram 34.274 artigos em periódicos indexados pelo Institute for Scientific Information (ISS), e destes, 91,3% foram produzidos por docentes de instituições públicas. Dentre as instituições governamentais, três obtiveram destaque: USP, UFRJ e UNICAMP, produzindo 42,9% dos artigos

indexados pelo ISS, publicados no período acima citado.

De acordo com L. de Meis, A. Velloso, D. Lannes, M. S. Carmo e C. de Meis, a produtividade faz com que os professores conheçam os extremos da "vida acadêmica": a satisfação ou a frustração. Isto porque o número de pós-graduandos cresceu vertiginosamente nos últimos anos e não tem sido absorvido pela academia. Para citar o exemplo desses autores, vejamos: em 1990, os Mestres e Doutores contabilizavam, respectivamente, 5.579 e 1.410 pessoas. Uma década depois, estes números saltaram para 18.374 e 5.344.

A maior parte dos novos professores tem sido contratada por universidades particulares, instituições que não privilegiam a pesquisa com a mesma intensidade que as públicas. Para tentar "absorver" uma infima parte dos novos pesquisadores que chegam ao mercado a cada ano, o CNPq criou um novo tipo de bolsa, Profix (Programa Especial de Estímulo à Fixação de Doutores), com a qual premia 100 recém-doutores. Contudo, há que se publicar para comprovar produtividade, caso queira fazer jus ao "prêmio".

É preciso destacar que a ciência brasileira, em desenvolvimento (sobretudo no que se refere a C&T), deixa de progredir e "oxigenar" o pensamento, quando jovens pesquisadores, por falta de financiamento à pesquisa, ficam à margem do "mundo da academia". Do mesmo modo, a C&T do país perde mais de uma década de investimento na formação desses jovens, caso eles se distanciem da área de atuação para a qual estão qualificados.

Ritos de passagem e as conseqüências da "produtividade"

Para definir "ritos de passagem", os autores citam o trabalho do antropólogo Arnold Van Gennep ("Os ritos de passagem". Editora Vozes, 1978), no qual Gennep afirma que tais ritos são momentos que marcam a vida de um indivíduo, e conseqüentemente, de uma sociedade. Eles acompanham as mudanças de lugar, de estado civil,

de idade ou de posição social.

Segundo Van Genneep, os ritos de passagem, dotados de simbolismos e significados, podem ser divididos em três categorias: a "morte" ou separação, a transição ou margem e o renascimento. O período da transição oscila entre o distanciamento da antiga situação social (a "morte") para a nova: o renascimento.

Este período de transição pode ser caracterizado como um momento de ansiedade, dúvidas sobre sua capacidade para enfrentar tal situação e estresse. Os autores descrevem este estágio entre o velho e o novo mundo de maneira distinta entre indivíduos que estão em universidades que não privilegiam a pesquisa e aquelas que enfatizam tal prática. No primeiro caso, a defesa da dissertação ou da tese representa um rito de passagem, pois acompanha o sujeito em uma mudança de "status", já que ele adquiriu uma titulação.

Em contraste com esta situação, está o que eles observaram, por exemplo, no departamento de bioquímica de uma universidade federal, que estimula a prática da pesquisa: o rito de passagem se dá quando o pesquisador consegue publicar um artigo em um periódico conceituado. A tese é apenas a "consequência de um bom trabalho e um bom trabalho deve ser publicado em um bom periódico".

Para os autores do artigo "*O crescimento da competição científica brasileira: ritos de passagem, estresse e esgotamento*", a pressão pela publicação causa um nível exagerado de estresse no pesquisador brasileiro.

Este "esgotamento" pode ser, simultaneamente, físico e mental, já que os pesquisadores são estimulados a publicar para provarem o quanto são bons o su-



ficiente para se manterem ou conquistarem o "topo" da carreira e do respeito acadêmico.

Quando não conseguem publicar, além de dores de cabeça, hipertensão, ansiedade, depressão e outros desequilíbrios físicos e emocionais, há também uma cobrança acadêmica. Esta pressão gera uma distorção cultural a partir da competitividade que estimula.

Por outro lado, há que se considerar as condições de trabalho daqueles que acumulam as funções de professores e pesquisadores, cujo volume de trabalho, há muito, não lhes permite trabalhar apenas oito horas por dia. Muitos abdicam de vida social e do convívio com a família para dar conta dos compromissos profissionais.

Um exemplo revelador desta situação é o resultado da citada pesquisa de Meis e colegas, quando perguntaram aos docentes sobre sua vida pessoal.

Os entrevistadores descobriram que 26 dos 39 professores do departamento eram casados entre eles; dois estavam separados, mas se relacionando também com acadêmicos; três estavam solteiros e oito casados com pessoas cujo trabalho não se relacionava à vida acadêmica.

Outra pergunta pedia para que os entrevistados fizessem referência aos colegas de departamento. Os autores concluíram que aqueles que apresentavam um volume maior de publicações eram os mais citados.

Além de demonstrar a pressão entre pesquisadores para publicarem artigos, foi preocupação de Meis e colegas também analisar como este "passaporte" para aceitação na carreira científica é equivocado.

A não absorção dos novos pesquisadores pela academia e a exigência por publicações de artigos somados à estafa física e mental dos pesquisadores, o excesso de trabalho dos professores-pesquisadores, caso não sejam revertidos num futuro próximo, podem levar ao declínio da qualidade da ciência brasileira.

ADUR INFORMA ENTREVISTA AUTORES DO ARTIGO "THE GROWING COMPETITION IN THE BRAZILIAN SCIENCE: RITES OF PASSAGE, STRESS AND BURNOUT", LEOPOLDO E CARLA DE MEIS

AMBOS SÃO MÉDICOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. CARLA DE MEIS É PÓS-DOUTORA PELA UNIVERSIDADE DE MONTREAL (CANADÁ) EM PSIQUIATRIA SOCIAL E PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ. LEOPOLDO DE MEIS, PAI DE CARLA, FEZ LIVRE DOCÊNCIA EM BIOFÍSICA (UFRJ) E É PROFESSOR TITULAR DE BIOQUÍMICA MÉDICA NA UFRJ.



AI: Como surgiu a idéia de realizar a pesquisa que deu origem ao artigo "The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout"? Quais foram os procedimentos adotados pela equipe?

Carla e Leopoldo: Começou com a tese de mestrado da Maria Scarlet do Carmo (Psicóloga) com a orientação oficial de Leopoldo. Com o crescer do trabalho, tornou-se importante a colaboração com uma pesquisadora experiente em saúde mental e com metodologias qualitativas. Daí, surgiu a parceria com Carla.

AI: Como analisam o sistema educacional brasileiro das últimas décadas? Consideram suficiente o que tem sido investido pelo governo em pesquisas, sobretudo na área de C&T?

Carla e Leopoldo: O sistema educacional mundial está em crise devido ao aumento exponencial de novas informações e a consequente dificuldade de cada professor de se manter atualizado, sem cair na armadilha da super especialização. Definitivamente, o investimento de C&T no país tem sido muito aquém do necessário e do potencial humano disponível no Brasil.

AI: Quais são as maiores dificuldades dos docentes, na atualidade? Como vêem a exploração do trabalho docente e a necessidade de se conciliar ensino e pesquisa?

Carla e Leopoldo: As dificuldades do trabalho docente no Brasil refletem o alto nível de cobrança, insegurança e o aumento da competitividade dos tempos atuais (sistema neoliberal). No nosso entender, pesquisa e ensino são cada vez mais indissociáveis. A mudança rápida do

conhecimento implica em formar profissionais que sejam capazes de lidar com "o novo", e de buscar informações novas sozinhos, ou seja, estar familiarizado ao processo da pesquisa e da descoberta. O conhecimento muda muito rápido e não é mais possível educar simplesmente repassando as informações disponíveis no momento, pois estas, em pouco tempo, estarão obsoletas.

AI: O que pensam dessas agências de fomento à pesquisa brasileira? Até que ponto elas são, de fato, as incentivadoras do desenvolvimento científico?

Carla e Leopoldo: Ao nosso ver, o problema maior não são as agências de fomento, mas sim o baixo repasse de recursos por parte do governo federal. Isto não é um problema deste governo, mas perpassa diversas administrações passadas, o que reflete a cultura de não valorização da ciência brasileira. Isto leva sempre a orçamentos escassos para este setor.

AI: Qual a possibilidade das avaliações irem além dos critérios de produtividade quantitativos? Consideram justa a distribuição de recursos aos projetos apresentados a estas agências de pesquisa?

Carla e Leopoldo: É um círculo vicioso. As agências, principalmente a CAPES e o CNPq, buscam distribuir os poucos recursos disponíveis através da avaliação pelos pares. O que estrangula o sistema é a discrepância cada vez maior entre competência e demanda versus recursos disponíveis.

AI: Existe uma diferença quanto

ao ritmo de produção e trabalho de um professor e pesquisador de instituições públicas e privadas?

Carla e Leopoldo: Com exceção das universidades católicas (PUC), a pesquisa nas Universidades particulares é praticamente inexistente.

AI: Como combater a "síndrome do esgotamento" e sobreviver à competição acadêmica?

Carla e Leopoldo: Achamos que financiamentos maiores para C&T implicarão em menor precariedade no trabalho acadêmico. Consequentemente, isso implica em uma competitividade menos feroz e em possibilidades cada vez maiores de realização profissional. Um maior crescimento da ciência brasileira é um fator fundamental para o desenvolvimento do país.

AI: O que pensam do anteprojeto de reforma universitária apresentado pelo governo Lula? Como vêm o atrelamento da pesquisa ao capital privado e até que ponto esta prática pode comprometer o desenvolvimento científico no Brasil?

Carla e Leopoldo: O pesquisador que trabalha na indústria tem menos liberdade na escolha do seu tema de pesquisa. Entretanto, é importante que o setor produtivo também contribua para o desenvolvimento da ciência brasileira. Para o crescimento do país é indispensável o bom entrosamento entre a produção do conhecimento e a sua aplicabilidade prática.

AI: O senhor fala em ritos de passagem, na definição e nas classificações Van Genep, para tratar da ascensão de um recém pesquisador ao mundo acadêmico. Não existe, entre os próprios professores, uma hierarquização e uma atribuição de importância aos colegas a partir da lógica da titulação e da publicação? Como combater esta cultura que se retro-alimenta?

Carla e Leopoldo: Qualquer sistema possuirá modelos de hierarquizar seus membros, considerando uns como melhores do que outros. O importante é que as elites de cada sistema não sejam absolutas, podendo ser criticadas e renovadas. É importante que vozes discordantes possam continuar a ser ouvidas, o que permite que este processo de retroalimentação das elites possa ser diminuído.

ENTREVISTA COM A PROFA. MARILDA NOVAES LIPP: O STRESS DO PROFESSOR EM DISCUSSÃO



AFIM DE INICIAR E APROFUNDAR O DEBATE SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O ESGOTAMENTO FÍSICO E MENTAL (SÍNDROME DE BURNOUT) DA CATEGORIA, ADUR INFORMA TAMBÉM ENTREVISTOU A PROFA. MARILDA EMMANUEL NOVAES LIPP, PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS). ELA É GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA AMERICAN UNIVERSITY, MESTRE E PHD EM PSICOLOGIA PELA GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY E PÓS-DOCTORA PELO NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH EM STRESS SOCIAL. MARILDA LIPP FOI A FUNDADORA DO CENTRO PSICOLÓGICO DE CONTROLE DO STRESS (WWW.ESTRESSE.COM.BR) E DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS PSICOFISIOLÓGICOS DO STRESS – PIONEIROS NA ÁREA. ATUALMENTE, PRESIDE A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STRESS. ELA É AUTORA DO LIVRO "O STRESS DO PROFESSOR" (EDITORA PAPIRUS: 2002) E, EM ENTREVISTA AO ADUR INFORMA, EXPLICA COMO COMBATER ESSE MAL.

AI: Como surgiu a idéia de realizar a pesquisa que deu origem ao livro "O stress do professor"? Quais foram os desdobramentos desta pesquisa? Ela foi levada adiante?

ML: Dentre as pessoas que procuram tratamento do stress, percebi que muitas eram docentes de algum nível. Pensei, então, em investigar de modo científico o porquê desta alta incidência de stress. O livro tem ajudado a muitos professores de todos os níveis de ensino – desde o fundamental até o de pós-graduação – a entenderem o que se passa com eles próprios, as implicações do seu stress para os alunos e para a docência. Tem também auxiliado diretores de colégios e administradores de estabelecimentos de ensino superior a gerenciarem melhor as condições presentes possíveis geradoras de stress nos professores.

AI: Quais são as maiores dificuldades dos docentes, na atualidade? Como vê a exploração do trabalho docente e a necessidade de se conciliar ensino e pesquisa?

ML: No ensino superior, enumero várias questões:

1. Alunos despreparados, agressivos, desrespeitosos e indiferentes;
2. Condições insatisfatórias de trabalho, como falta de material (computador, multimídia, retro, vídeo) para as aulas;
3. O contrato de ensino horista, que um grande número de professores possui, em que o docente só ganha pela aula dada, não tendo tempo para preparo ou para pesquisa;
4. Bibliotecas não atualizadas, onde falta o mais avançado e novo para consulta;
5. Falta de local para coleta de dados de pesquisa (salas). O professor tem que publicar, mas nem sempre tem uma simples sala para coletar os dados dentro da universidade;
6. Reuniões intermináveis;
7. Comissões administrativas das quais os professores devem fazer parte sem qualquer remuneração pelo seu tempo;
8. A falta e a barreira entre o serviço e a vida pessoal em que o professor trabalha em casa em relatórios, artigos e livros, leitura de teses e trabalhos e responde a e-mails de alunos e da própria instituição onde leciona;
9. Bancas de defesa de teses, das quais os professores devem fazer parte sem remuneração pelo tempo para ler o trabalho, para fazer parte da banca e dos custos de viagem. Espera-se que o professor seja tão idealista, que faça tudo isto no seu tempo "livre". Considera-se uma honra fazer parte de bancas, ler artigos submetidos para publicação, participar de cursos, palestras e congressos. Porém, não há remuneração por estes serviços e o professor precisa ser "idealista e altruísta";
10. Ter que publicar um número grande de trabalhos científicos todo ano, quando muitas vezes sua pesquisa demora mais do que 12 meses para dar resultados que devam ser divulgados;
11. Ter que publicar no exterior, principalmente em certos campos do saber, que mais valeria a pena divulgar no próprio país;
12. Precisar preparar relatórios para as universidades durante as férias docentes;
13. Dificuldades financeiras para aquisição de material de pesquisa, pois muitos professores acabam assumindo as despesas de suas pesquisas por falta de verba;
14. Burocracia quanto aos relatórios a serem entregues;
15. A terrível competição no mundo acadêmico, onde cada um tem que produzir mais e mais todo ano. Além disto, muitas vezes deve se preocupar com a falta de coleguismo;

16. Falta de reconhecimento pelos dirigentes universitários.

AI: O que pensa dessas agências de fomento à pesquisa brasileira? Até que ponto elas são, de fato, as incentivadoras do desenvolvimento científico?

ML: Sinto que as agências tem feito um trabalho excelente no incentivo à pesquisa e no apoio aos pesquisadores com trabalhos de qualidade e relevância. Não tenho o que reclamar. Vejo a outorga de bolsas de Iniciação Científica como uma colaboração muito grande para o desenvolvimento de futuros cientistas. O CNPq, por meio das bolsas de produtividade, presta um serviço excepcional aos cientistas que muitas vezes não conseguiriam conduzir suas pesquisas sem este apoio.

AI: Quais os efeitos do stress para o indivíduo e como é combater a "síndrome do esgotamento" e sobreviver à competição do mundo acadêmico?

ML: O stress pode levar à doenças físicas e mentais. Pode também levar a queda de produtividade e prejudica a qualidade de vida. Para combater a competição, recomendo que a pessoa tenha muito claro para si próprio aonde quer chegar, seus objetivos acadêmicos, seu limite, e que entenda os sacrifícios que deverá estar disposto a fazer para alcançá-los. Deve fazer o melhor que está dentro de seu alcance, manter o seu ritmo e deixar os outros correrem no ritmo que quiserem. Há, porém, que se defender da competição desonesta e descuidada. Para se esgotar menos, o professor deve ter outros interesses na vida que não só o trabalho, precisa ter passatempos, viver a vida plenamente, ter relações afetivas de qualidade e acima de tudo valorizar o "ser" e não somente o "sucesso".

AI: É possível impor um limite às atividades profissionais e separar a hora e o local em que se deve realizá-las?

ML: É muito difícil, porém, absolutamente necessário. Há que se colocar um limite no número de horas em que vai se dedicar ao trabalho em casa e, acima de tudo, há que se respeitar essa decisão.

AI: Quais são as características de um profissional de sucesso e as principais exigências da academia?

AI: Ele deve, acima de tudo, ser um pouco "obsessivo", determinado, inteligente, persistente, abnegado, ter visão de futuro e querer muito deixar sua marca na área do seu estudo. Ele tem que se dedicar, sem hesitação, para o avanço real da ciência. Esta tem que ser a sua meta sempre.

AI: Como faz para conciliar pesquisa e ensino? Quantas horas dedica ao preparo de aulas e à pesquisa por semana?

ML: Dedico quase todas as minhas horas do dia a essas duas atividades, além de escrever bastante. Muitas horas são dedicadas a responder a consultas de alunos e pesquisadores de outras instituições. Recebo mais de 100 e-mails por dia. O stress desperta muita atenção e há que tornar os dados disponíveis para o público leigo e para outros cientistas.

AI: Como é a sua rotina de trabalho diária? É preciso trabalhar durante o feriado e finais de semana?

ML: Trabalho muito. Meu escritório em casa é o cômodo mais usado e dificilmente desligo o computador. Muitas vezes, após a família ir dormir, continuo escrevendo, pois durante o dia nem sempre dá tempo de se concentrar.

AI: Quanto tempo costuma destinar ao lazer e à vida familiar?

ML: O grande segredo de se conciliar trabalho e família é ter organização e estabelecer prioridades. Embora trabalhe um número muito grande de horas por dia, sempre temos um jantar em família, quando conversamos sobre o nosso dia e trocamos idéias. Fazemos caminhadas após o jantar. Muitas vezes, saímos durante a semana para teatro, cinema ou jantares. Viajamos quando possível. Leio sobre assuntos não relacionados ao trabalho, faço ginástica e relaxamento. "Ouço" minha família e me comunico com ela – o que muitas vezes supre o número de horas que seria bom dedicar a ela.

ÁRVORE DA ADUR-RJ É DERRUBADA DESNECESSARIAMENTE POR FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA DO CAMPUS DA UFRRJ

Na tarde do dia 4 de abril, funcionários da ADUR-RJ constataram que uma das árvores localizadas em frente à sede da entidade estava caindo. Preocupados com a possibilidade de que a árvore caísse em cima da casa da ADUR, entraram em contato com a Prefeitura do Campus, por volta das 16 horas, para que eles realizassem a retirada da árvore. Contudo, foram informados de que não havia ninguém no local para realizar o trabalho. Somente quando a Decana de Assuntos Administrativos, Profa. Ana Lucia dos Santos Barbosa, foi contatada por uma diretora da ADUR-RJ, alguns funcionários da Prefeitura do Campus apareceram para proceder a retirada da árvore. Mesmo com a possibilidade de desabamento sobre a sede da entidade, o corte da mesma só aconteceu no dia 5 de abril, terça-feira, pela manhã.

No entanto, uma outra árvore, que também ficava em frente à sede da ADUR-RJ e não apresentava qualquer risco à comunidade, foi retirada desnecessariamente pelos funcionários da Prefeitura do Campus, apesar do apelo dos funcionários do Sindicato. Tratava-se de uma Imburana Cerejeira (*Amburana cearensis*), conhecida popularmente como cerejeira-rajada ou amburana-de-cheiro, de conhecidas propriedades medicinais. Esta madeira é muito cobiçada por apresentar aspecto agradável e por ter retratibilidade baixa, sendo indicada para confecção de móveis de luxo, folhas fraqueadas decorativas, escultura, tanoaria, acabamento interno, lambris etc.

No último dia 13 de abril, a Diretoria da entidade enviou um ofício ao Reitor, Prof. Ricardo Motta Miranda, comunicando o ocorrido e solicitando providências. Junto ao citado ofício, a Diretoria da ADUR-RJ encaminhou a cópia de correspondências enviadas em julho de 2004 e em janeiro de 2005, pelas quais solicitava a poda das árvores atrás do estacionamento do P1 e no espaço próximo a sede do Sindicato. Nestes ofícios, a Diretoria da ADUR demonstrava preocupação com a segurança de pedestres, pretendendo evitar acidentes com danos físicos às pessoas e/ou aos veículos estacionados próximos à área.

Vale lembrar que no Campus da UFRRJ existem outras árvores que comprometem a segurança da comunidade, já que ameaçam cair e que, no entanto, até o presente momento, ainda não foram retiradas. Lamentamos que a Imburana Cerejeira, que estava em perfeito estado e que ficava em frente à sede da entidade, tenha sido retirada por precipitação.



NESTA FOTO, VEMOS A IMBURANA CEREJEIRA EM
FRENTE À SEDE DA ADUR-RJ

ADUR-RJ DISCUTE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM PLENÁRIA DO SINPAF

Por Prof. Canrobert Costa Neto

No dia 1º de abril próximo passado, a ADUR-RJ, participou, a convite do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa Agropecuária e Florestal (SINPAF), de plenária regional da referida entidade, realizada na cidade de Paraty.

A ADUR-RJ foi convidada para proferir palestra e participar de debate sobre o tema da inovação tecnológica no governo Lula, abordando aspectos da nova legislação em vigor sobre a questão. Na palestra, destacamos que lei de inovação tecnológica, recentemente aprovada pelas duas casas do Congresso Nacional, resume-se a uma lei de inovação "mercadológica", na medida em que permite a criação das chamadas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), na administração pública, com o objetivo de executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

O objetivo das ICT é proporcionar às empresas privadas o acesso às universidades públicas e centros de pesquisa, civis e militares, através de instituições de apoio (fundações) que viabilizariam a participação do setor privado em órgãos ou entidades da administração pública. Por meio das ICT, as universidades e centros de pesquisa públicos poderão compartilhar, ainda que mediante remuneração e por prazo determinado, seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas para a consecução de formas de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística e por empresas nacionais e organizações de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para as atividades de pesquisa.

A lei de inovação tecnológica afeta os órgãos e entidades da administração pública, também, no sentido da isonomia salarial vigente. A isonomia entre os salários dos servidores públicos é seriamente ameaçada por intermédio da lei, pois a mesma prevê que o servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço (junto a cada ICT, a ser criada), poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou da instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

No caso das universidades públicas, a nova lei também permite alterações na estruturação do quadro de docentes e técnicos pesquisadores, pois faculta ao pesquisador público o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, observada a conveniência da ICT de origem.

Voltando ao ponto da remuneração dos docentes universitários, a lei estabelece que as gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica. É de se supor que no caso das gratificações dos docentes do magistério superior virem a ser incorporadas aos salários (o que já ocorre em relação aos servidores técnico-administrativos das universidades públicas federais) os referidos pesquisadores nada perderiam, em termos remuneratórios, ao se afastarem da atividade docente.

Isso implicaria, na prática, na dissociação entre ensino e pesquisa, em termos remuneratórios e trabalhistas. Em suas disposições finais, a nova lei interfere na relação, já comprometida, entre professores e



pesquisadores do quadro efetivo das universidades e os professores substitutos, que atuam em regime precário de contratação.

Pela lei de inovação, há um incentivo à contratação de substitutos, em detrimento da ampliação da contratação de professores pesquisadores para o quadro das instituições públicas universitárias.

Neste sentido, a lei prevê a admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer

atividade empresarial relativa à inovação.

Nos debates que se seguiram à palestra, respondemos a uma questão pela qual se observava que a nova lei não teria caráter impositivo, mas se trataria apenas de um conjunto de disposições que permitiriam uma maior flexibilização legal para as atividades científicas e tecnológicas no país.

Assinalamos ainda que, de fato, a lei de inovação tecnológica, não impõe o cumprimento de cada uma de suas cláusulas, mas ao flexibilizar a legislação sobre o tema, desregulamenta o setor público criando condições não só para o desmonte dos atuais órgãos e entidades da administração pública, como principalmente para a precarização das condições de trabalho aí existentes, obedecendo a um nítido viés neoliberal.

UM MILHÃO DE PESSOAS PARTICIPA DAS FESTAS DA FORÇA SINDICAL E DA CUT, EM 1º DE MAIO

As duas principais centrais sindicais realizaram atividades paralelas para celebrar o dia 1º de maio, quando o salário-mínimo passou de R\$260 para R\$300. A Força Sindical organizou uma festa, na Zona Norte de São Paulo, enquanto a festa da CUT aconteceu na avenida Paulista. Segundo informações do jornal *O Globo*, o público era de aproximadamente um milhão de pessoas.

Os discursos acerca do salário-mínimo, contudo, divergiram. De acordo com o *Jornal do Brasil*, Luis Marinho, Presidente da CUT, classificou o aumento como uma vitória dos trabalhadores e aproveitou o momento para pedir a reeleição de Lula. Já o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, criticou o aumento irrisório do salário-mínimo e a política econômica do governo.

Convidado para participar da festa da Força Sindical, o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante, foi vaiado pelos trabalhadores. Paulo Pereira da Silva pediu que o público parasse de vaiar, mas não foi atendido.

Segundo *O Globo*, Paulo da Silva convidou o Presidente Lula para participar da festa da Força Sindical. Contudo, disse que Lula "não teve coragem de ir porque talvez fosse vaiado".

Fonte: *Jornal do Brasil* e *O Globo*, de 2 de maio de 2005

CHAPA 1 VENCE CONSULTA ELEITORAL PARA DCE DA UFRRJ

COM UMA DIFERENÇA DE APENAS NOVE VOTOS, A CHAPA 1 – “TÁ NA HORA DE MUDAR: OPOSIÇÃO” - FOI A VENCEDORA DA ÚLTIMA ELEIÇÃO PARA O DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) DA UFRRJ, REALIZADA ENTRE OS DIAS 5 E 7 DE ABRIL. O RESULTADO FOI: 715 VOTOS PARA A CHAPA 1; 706 PARA A CHAPA 2 – “SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM”; 23 VOTOS EM BRANCO E 61 NULOS.

A CHAPA 2 EXIGIU RECONTAGEM DOS VOTOS, O QUE FOI APROVADO EM CONSELHO DOS CENTROS ACADÊMICOS (C.A.'s). TODAVIA, A DIFERENÇA ENTRE AS CONCORRENTES PERMANECEU A MESMA, TENDO SIDO ACRESCIDO UM VOTO PARA CADA CHAPA, APRESENTANDO O RESULTADO FINAL DE 716 CONTRA 707.

ADUR INFORMA ENTREVISTOU ALGUNS REPRESENTANTES DA NOVA DIREÇÃO DO DCE, EMPOSSADA NO ÚLTIMO DIA 19 DE ABRIL, PARA SABER QUAIS AS PROPOSTAS E DIRETRIZES POLÍTICAS QUE PRETENDEM IMPLEMENTAR, BEM COMO QUE TIPO DE RELAÇÃO PRETENDEM ESTABELECEER COM AS DEMAIS ENTIDADES DA UFRRJ, COMO SINTUR E ADUR. PELA DIRETORIA DO DCE, VINICIUS DUARTE (ENGENHARIA FLORESTAL), ÍTALO FRANCO (ENGENHARIA DE ALIMENTOS) E THIAGO PAIVA (HISTÓRIA) – PORTA-VOZ DO GRUPO – CONCEDERAM ESTA ENTREVISTA QUE ORA APRESENTAMOS. OS ALUNOS DA CHAPA 1 CONTARAM COM APOIO DE ESTUDANTES DE OUTRAS UNIVERSIDADES, TAIS COMO O DE PATRICK GALBA, DA UFRJ, QUE TAMBÉM PARTICIPOU DESTA BATE-PAPO:



AI: Quais são as principais propostas de vocês?

TP: O nosso grande diferencial foi a oposição à reforma universitária.

AI: Mas a chapa 2 também se posicionou contra a reforma universitária.

TP: Sim, mas questionamos a forma como tem sido feito o questionamento sobre a reforma universitária, tanto o feito pela antiga gestão do DCE quanto o da chapa 2. Fizemos o debate dentro de salas de aula e apresentamos nossa proposta para poder barrar a reforma universitária. Isso passa pela questão da UNE, que há muito não representa mais os interesses dos estudantes, ajudando, inclusive a implementar a reforma universitária. Outra coisa é o em-

bate direto ao governo, que quer nos enfiar goela abaixo essa reforma, sem diálogo. Questionamos, então, todo esse processo e também a forma como a antiga gestão do DCE se posicionou frente a isso. Um exemplo foi o caso do plebiscito nacional, que obteve mais de mil votos, cujo embrião da chapa 1 – hoje formada por mais de 30 pessoas – foi à Brasília, participou de fóruns de discussão. Não queremos o isolamento do DCE da Rural. Foi isso que defendemos em nossa campanha. Sobre a UNE, que depõe contra o estudante, propomos a formação de uma nova entidade que discuta com os alunos. Neste caso, propomos a Conlute (Coordenação Nacional de Lutas Estudantis). A chapa participa dos Fóruns da Conlute e, no segundo semestre, iremos discutir com os estudantes a ruptura com a UNE.

IF: Se a proposta dos estudantes da Rural for a de permanecer atrelados a UNE, iremos respeitá-la, mas a nossa ideia hoje é a defesa de uma luta fora da União Nacional dos Estudantes.

TP: Queremos levar adiante este debate e fazer uma gestão democrática, dialogando com estudantes, D.A.'s e C.A.'s, bem como com grupos organizados que apenas são lembrados, infelizmente, quando vai acontecer alguma festa. Precisamos dessa união para lutar também contra os nossos problemas in-

ternos. Reivindicaremos a melhoria dos alojamentos, a redução do preço do bandeirão, a melhoria de segurança no Campus, a melhoria da biblioteca, a contratação de mais professores e técnico-administrativos. É preciso aglutinar forças dentro da universidade e fora dela para levar isso adiante.

AI: Então, as principais reivindicações dos estudantes hoje se referem à segurança no Campus, aos alojamentos, bandeirão e biblioteca?

TP: Sim, queremos lutar pela ampliação do horário da Biblioteca, pensando nos estudantes dos cursos noturnos, e pela melhoria do acervo. Temos preocupações com a segurança do Campus e também com a pavimentação. O trecho que conduz ao bandeirão não é todo pavimentado. Boa parte ainda é de areia, e quando chove, nosso transtorno é ainda maior. Propomos a redução imediata do bandeirão de R\$1,50 para R\$1, pois um estudante, só com alimentação, gasta muito mais do que cem reais por mês para se manter na universidade. Ainda tem xerox, livros e transporte. Sabemos que as bolsas de iniciação científica, cujo valor é de R\$241, não é para todos. E ainda que fosse, não cobriria todos os gastos dos estudantes. Também precisamos melhorar o transporte na universidade. Não podemos esquecer da melhoria do ensino, que passa pela contratação de professores, melhorias de labo-

ratórios, biblioteca e etc.

AI: Houve debate entre as chapas?

TP: Sim, houve dois debates, mas a Comissão Eleitoral não divulgou o primeiro deles. Para o segundo debate, afixou alguns cartazes no P1. Em um universo de 7 mil estudantes, o debate com maior quorum teve cerca de 30 estudantes. Fizemos um grande esforço para chamar os estudantes para as eleições, passando de sala em sala e indo ao bandeirão para chamar o pessoal para participar.

AI: Quais são as estratégias para se dialogar com os estudantes, os técnico-administrativos, com os professores e com a Reitoria?

TP: Vemos que a última gestão isolou o DCE, não dialogando muito com SINTUR, ADUR e, principalmente, com os estudantes. Isso foi evidente na última greve, o que praticamente banalizou o movimento. Não queremos que a greve seja um momento para tirar férias! Pretendemos realizar reuniões com a entidade e com a Reitoria para traçarmos caminhos em comum para sanar nossos problemas. Se for preciso, questionaremos a Reitoria, pois vamos reivindicar melhorias para a nossa categoria. É preciso ainda fazer um movimento forte com as demais entidades – ADUR e SINTUR – para levarmos adiante as nossas reivindicações.

AI: Como vocês, o DCE, se mantêm financeiramente? Como vai ser possível dar conta dos projetos que o grupo tem?

TP: Discutimos isso. Por direito, o dinheiro do aluguel das lojas próximas aos alojamentos deveria ser do DCE. Até hoje não sabemos onde ele está. Vamos questionar a Reitoria.

VA: A antiga Reitoria, quando questionada, alegava que eles não pagam em dia e etc. O DCE tem uma verba destinada para ele anualmente. Quem controla é a Reitoria.

TP: Sabemos que não podemos ficar atrelados à Reitoria para pedir dinheiro para ônibus, para manifestações e etc. É preciso ter uma independência financeira e política do DCE em relação à Reitoria.

AI: O SINTUR disponibilizou uma faixa na entrada da universidade saudando a chapa 1. Como foi o apoio o SINTUR para a chapa 1? Vocês acham que foram apoiados devido a aproximações partidárias?

TP: Recebemos positivamente o apoio político do SINTUR assim como de outros movimentos estudantis. Acharmos que o movimento estudantil não deve ficar isolado e por isso recebemos apoio de estudantes de outras universidades, para aproximar a Rural de outros movimentos estudantis do Rio e também dos nacionais. O SINTUR nos emprestou o som para que fizéssemos nossas manifestações no bandeirão e conclamásemos as pessoas a participarem das eleições para o DCE. Muitos representantes da chapa 2 pertenceram à antiga gestão do DCE e sabemos que havia divergências entre eles e o SINTUR. Contudo, não acho que a filiação partidária interferiu nisso, pois mesmos aqueles que não são do PSTU nos apoiaram. Eles acreditaram na nossa proposta política e isso foi além de qualquer simpatia partidária.

AI: E como vocês interpretam o resultado com uma diferença tão pequena entre as duas chapas?

TP: Entendemos que a eleição foi muito disputada, mostrando que a comunidade estudantil da Rural está bem dividida. Porém, achamos que tivemos uma vitória expressiva, simplesmente para dialogar diretamente com os estudantes e fazer o debate sobre a reforma universitária. Realizamos, em poucos meses, um grande trabalho para divulgar as propostas da nossa chapa.

CALENDÁRIO DE LUTAS:

***03/05** – ENTIDADES SINDICAIS ENTREGARÃO PROPOSTA DE POLÍTICA SALARIAL PARA REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL

***05 E 06/05** – REUNIÃO DO SETOR DAS IEES

***10/5** – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DAS REUNIÕES DO GT DE TRABALHO DO MEC

***18/05** – DIA NACIONAL DE LUTA COM PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÕES EM DIVERSOS ESTADOS

***22/05** – PLENÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

50.º CONAD do ANDES-SN

O ANDES-SN REALIZARÁ DE 15 A 17 DE JULHO, EM FORTALEZA (CEARÁ), O 50º CONAD. O EVENTO, QUE SERÁ SEDIADO PELA ADUNIFOR-SEÇÃO SINDICAL, TERÁ COMO TEMA CENTRAL "AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LIBERDADE: PILARES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DO SINDICALISMO COMBATIVO".

ENTIDADES DIVULGAM NOTA SOBRE ANTEPROJETO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL, NO SENADO FEDERAL, REPRESENTANTES DO MOVIMENTO DOCENTE DIVULGARAM NOTA PÚBLICA SOBRE O ANTEPROJETO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. O DOCUMENTO É ASSINADO POR ONZE ENTIDADES, DENTRE ELAS O ANDES-SN - OUTRAS ESTÃO DISCUTINDO A NOTA E PODEM SUBSCRREVÊ-LA DURANTE O DEBATE DO ANTEPROJETO. LEIA A NOTA NA ÍNTEGRA:



As últimas pouco mais de três décadas mostraram o fim prático das formulações da social democracia e das políticas econômicas orientadas pela teoria econômica keynesiana, produtora do Estado de Bem-Estar Social. Essas transformações expressaram-se no Brasil, no âmbito da política e da prática, especialmente mediante a Reforma do Estado, levada a cabo sob a coordenação do Min. Bresser Pereira no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. A reforma, expressão de uma nova matriz política em nível planetário, impôs-se, no Brasil, em vários setores, como no da educação superior. São exemplo disto o novo papel da sociedade civil, sua nova forma de organização, que enfatiza as ONGs e o *Terceiro Setor*, assim como a produção das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Nessa nova fase, destaca-se a contradição dos pólos público e privado, tanto na sociedade, como no Estado: alterna-se a valorização desses dois pólos, mas têm continuidade os elementos mercantis no âmbito das políticas centrais do governo no plano do Estado. Isto condicionou profundamente a política e medidas relativas à educação superior no octênio FHC, assim como condiciona o conjunto de leis recém-sanctionadas que atinge direta ou indiretamente a identidade pública da universidade – Lei das Parcerias Público-Privado, Lei da Inovação Tecnológica, Universidade para Todos (ProUni). Condiciona, finalmente, e com o reforço desta legislação recente, o Anteprojeto de Lei de Reforma da Educação Superior, ora em debate, que hoje, entre outros resultados, produz uma infrutífera polarização entre entidades a favor ou contra.

O que se pretende para a educação superior brasileira são Instituições de Educação Superior (IES) autônomas, financiadas pelo Estado, como parte constitutiva de uma Política de Estado. Entretanto, no atual contexto, são demasiadamente estreitos os limites impostos às iniciativas que visem redirecionar o anteprojeto, dada a racionalidade histórica em que, como se viu, ele foi produzido. Não basta fazer o discurso da valorização do público e da regulação do privado mercantil, é necessário traduzir isto em cada um dos artigos e parágrafos da lei. Como se apresenta, o anteprojeto está muito longe de cumprir esse *desideratum* e muito próximo de dar seguimento às diretrizes predominantes nas reformas pontuais do octênio anterior e na legislação recente acima referida, isto é, as que levam à crescente restrição do pólo estatal-público e desenfreada expansão e fortalecimento do pólo estatal-mercantil.

Entre os muitos pontos que tornam este anteprojeto incapaz de fortalecer e restabelecer a identidade de bem público da universidade, destaquem-se: 1) o *financiamento das IFES* na forma proposta, que se não vier apoiado na recuperação no mínimo dos índices históricos sobre o PIB (cerca de 1%, em lugar dos atuais cerca de 0,51%); 2) o *Plano de Desenvolvimento Institucional*, principal peça para a avaliação das IES e nele o *Projeto Pedagógico*, compulsoriamente orientado pelas diretrizes curriculares herdadas do governo anterior; 3) o fortalecimento do SINAES, com seu viés antiautônomo e em especial na composição do CONAES e nas suas excessivas atribuições; 4) o *Conselho Comunitário Social*; 5) a *Responsabilidade Social* das IES, sob a égide da nova organização da sociedade; 6) o *Ciclo Básico* com sua pretendida *terminalidade* e indução à *neoprofissionalização* das IES.

Um anteprojeto vazado nestes termos revela a influência que sofre de um contexto de densidade histórica coercitiva e evidencia a pouca possibilidade de interferência que têm na construção desta Lei e teriam, na vida universitária a ser por ela regida, os efetivos agentes da educação superior, isto é, os responsáveis por construir, no cotidiano das IES, a educação superior que melhor convém ao país.

ANDES-SN, Cons. Regional SBPC-SP; ANPED, Cons. Federal de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Soc. Brasileira de Biofísica; CEDES; Ass. de Leitura do Brasil/Unicamp; ADUSP; Instituto Paulo Freire; ABEPSS, ANPUH.

SETOR DAS IFES DEFINE PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL E APONTA PARA DEBATES SOBRE INDICATIVO DE GREVE

A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Frederico José Falcão, no último dia 23 de abril, na Reunião do Setor das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). O diretor da Associação dos Docentes da UFRRJ esclareceu que, no último semestre, a universidade esteve mobilizada para escolha da nova Reitoria e direção do DCE. Prof. Frederico Falcão também informou que a ADUR-RJ apresentou, detalhadamente, as resoluções do último Congresso do ANDES-SN nas edições números 67 e 68 do ADUR Informa – que trouxe entrevista com a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes, Profa. Marina Barbosa Pinto.

Inicialmente, a Diretoria do ANDES-SN apresentou alguns informes sobre as últimas reuniões realizadas na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), nas Mesas Temáticas (Seguridade, Direitos Sindical, etc), na Frente Plurissetorial e nas do Grupo de Trabalho do MEC, que trata da discussão sobre a incorporação da GED ao salário.

Quanto à campanha salarial para este ano, a Diretoria do ANDES-SN expôs alguns itens que foram anteriormente discutidos com a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais), para serem apresentados, por escrito, ao governo federal. São eles: a) data-base, b) recomposição das perdas inflacionárias, definição do índice emergencial, incorporação das gratificações e definição de piso salarial para os Servidores Públicos Federais.

Depois de discutidos, foi estabelecido que as propostas do Setor das IFES seriam encaminhadas para a Plenária dos SPF's, a realizar-se no dia posterior. **Ao tomar como base estes aspectos para a elaboração de uma política salarial, os presentes deliberaram, unanimemente, pela compensação das perdas inflacionárias anuais segundo o índice do DIEESE; pela instituição do dia 1º de maio para atualização da data base; pelo índice emergencial de 18%, correspondendo à inflação de 2003 e 2004; pela incorporação das gratificações aos salários; pela negociação a recuperação do poder aquisitivo de janeiro de 1995 com incorporação das gratificações e paridade entre ativos e aposentados.**

A Reunião do Setor das IFES também deliberou pela construção de uma política salarial como prioridade da MNNP, pela adoção de um piso salarial que tenha como referência os índices do DIEESE e pela construção de um consenso em torno desta proposta - já aprovada na reunião da CNESF e a ser encaminhada para a plenária de SPF's - com os outros sindicatos, a fim de apresentá-la - na forma de um documento que formalize a proposta de política salarial para os servidores federais - ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Quanto ao calendário de mobilização, também foi aprovado por unanimidade que no ato de entrega da proposta de política salarial, seja solicitado do governo uma resposta em até duas ou três semanas. **Para pressionar o poder federal, foi aprovado uma paralisação dos SPF's para o dia 18 de maio.** Do mesmo modo, também ficou combinado que as associações de docentes e demais sindicatos devem denunciar a proposta do governo para reajuste dos salários no vergonhoso índice de 0,1%, assim como produzir cartazes e adesivos sobre a campanha salarial ora vigente.

A Reunião do Setor das IFES encaminhou ainda que as associações de docentes e sindicatos lutem pela incorporação das gratificações de docentes (GEAD e GED) aos salários e estabeleçam debates sobre o indicativo de greve, que será definido na Plenária dos SPF's do dia 22 de maio.

SPF'S DEFINEM PROPOSTA DE POLÍTICA SALARIAL E PREPARAM-SE PARA GREVE

O Prof. Frederico José Falcão, diretor da ADUR-RJ, representou a entidade também na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPF's), realizada no último dia 24 de abril. Durante esta Plenária, foram aprovados os encaminhamentos da Reunião do Setor das IFES. Entre as deliberações deste evento, foi definido o seguinte calendário:

- **Até 3 de maio:** as entidades dos SPF's deverão entregar documento com a seguinte proposta de política salarial: fixação da data-base em 1º de maio; reposição anual com base no índice do DIEESE; reajuste emergencial de 18% correspondente à inflação de 2003 e 2004; recomposição dos valores salariais de janeiro de 1995, com paridade entre ativos e aposentados e com incorporação de todas as gratificações;

- **18 de maio:** Dia Nacional de Luta com paralisação, manifestações nas capitais dos estados protestando contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial para os servidores;

- **Primeira quinzena de junho:** a plenária indicou GREVE;

- **Dia 22 de maio:** nova plenária deverá definir a data de início da greve.

Até o momento, o governo não apresentou nenhuma proposta de política salarial, além do pífio reajuste de 0,1%, já rejeitado pelos servidores.

Em 2004, o governo conseguiu dividir as entidades dos SPF's utilizando-se de negociações em separado e destinando aportes financeiros para concluir acordos com as entidades. A esta época do ano, em 2004, o governo já havia apresentado diversas propostas salariais, como foi o caso da feita aos docentes das IFES, que ficou conhecida como "proposta de abril", contra a qual o movimento docente lutou por não garantir a paridade, a isonomia e a extinção das gratificações produtivistas.

"Em 2005, nem para negociações específicas o governo está disposto a liberar recursos. Contribui assim o governo para o aprofundamento da unidade dos servidores, o que foi a tônica da plenária, na qual as entidades nacionais tiveram unanimidade nas propostas aprovadas", afirma Paulo Rizzo, 1º vice-presidente do ANDES-SN.



FONTE: Ricardo Borges, ANDES-SN

MNNP NÃO CHEGA A CONSENSO SOBRE POLÍTICA SALARIAL DOS SPF'S



De acordo com o informe divulgado pela Diretoria do ANDES-SN, a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 14 de abril, reuniu representantes da bancada sindical, da qual o Sindicato Nacional de Docentes faz parte, e do governo.

O principal encaminhamento desta reunião foi o de que a bancada sindical agendará uma audiência com a Secretaria de Recursos Humanos para entregar uma proposta de política salarial. O governo deverá, posteriormente, agendar uma nova reunião da MNNP para apresentar sua avaliação e contraproposta de política salarial.

Nesta reunião, o governo apresen-

tou aos dirigentes sindicais as tabelas do Orçamento de Pessoal para 2005, cuja margem orçamentária é mínima. Segundo Sérgio Mendonça - secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento - as informações das tabelas do Orçamento de Pessoal para 2005 são públicas, embora não estejam disponibilizadas na página do ministério na internet e a imprensa ainda não tenha tido acesso.

Representantes dos Servidores Públicos Federais (SPF's) cobraram do governo uma posição detalhada de gastos e uma metodologia para recomposição salarial. A única proposta concreta apresentada pelo governo é a de reajuste linear de 0,1%, embora o discurso seja o de que pretende trabalhar com reajustes diferenciados por categoria, como exigem as entidades sindicais.

A presidente do ANDES-SN, também solicitou que o governo apresentasse uma proposta detalhada do orçamento de pessoal para este ano. Sugeriu, inclusive, a realização de uma MNNP extraordinária antes da Plenária dos Servidores Públicos Federais, agendada para 24 de abril. Marina B. Pinto afirmou ainda que deveria haver uma comissão temática de política salarial para fazer um debate mais aprofundado sobre o tema.

Sergio Mendonça disse que não poderiam realizar tal encontro da MNNP antes da Plenária dos SPF's sem consultar outros ministérios. Portanto, seria inviável agendar qualquer reunião até a realização da Plenária dos SPF's. Contudo, ele se comprometeu em apresentar um levantamento detalhado dos dados.

O secretário do MPOG também deixou claro que enquanto houver negociação salarial em curso não dialogará com servidores em greve, como no caso dos funcionários do INSS, que paralisaram os trabalhos por 48 horas para protestar por melhores condições salariais. Representantes do INSS garantem que se o governo não apresentar proposta, haverá greve por tempo indeterminado.

Marina B. Pinto lembrou ao secretário do MPOG que o governo desrespeitou o processo de negociação ao usar a força e apresentar, pela imprensa, a proposta de reajuste de 0,1% - o que soa como provocação para a categoria dos SPF's.

Durante a reunião, foi aprovada a entrada das seguintes entidades à Mesa Nacional de Negociação Permanente: Sindreceitas (Sindicato nacional dos Técnicos da receita Federal); Unacon (União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle); Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central); Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho); Sindsempu (Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União) e SindCVM (Sindicato Nacional dos Servidores Autárquicos dos Entes de Promoção e Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários).



UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ PARALISAM ATIVIDADES COMO SINAL DE ADVERTÊNCIA

Professores de três universidades estaduais do Paraná paralisaram as atividades no dia 13 de abril para reivindicar melhorias salariais e nas condições de trabalho.

Os organizadores do ato contaram com o apoio de aproximadamente 2 mil docentes da Unicentro, Unioeste e Universidade Estadual de Ponta Grossa. Não houve manifestação nas universidades de Londrina (UEL) e Maringá (UEM), que optaram por manter o processo de negociação por uma proposta de reajuste antes de fazer qualquer protesto. As reivindicações da categoria são mais investimentos nas instituições, realização de concurso público e reposição salarial, já que alegam que as perdas inflacionárias somam 70%, de acordo com o Dieese.

Fonte: Gazeta do Povo, 13 de abril de 2005

ATENÇÃO:

A "AGENDA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA PROPOSTA DO ANDES-SN PARA O BRASIL DE HOJE" ESTÁ DISPONÍVEL, EM VERSÃO IMPRESSA, NA SEDE DA ADUR-RJ. A ENTIDADE ENCAMINHOU O DOCUMENTO PARA OS CONSELHOS DE REPRESENTANTES DA UFRRJ. ESTA AGENDA TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL EM VERSÃO ON-LINE, NA PÁGINA ELETRÔNICA DA INSTITUIÇÃO: WWW.ANDES.ORG.BR

SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DE ZANON

Desde a eclosão da crise econômica argentina em 2001 – a qual culminou com o fechamento de empresas e a demissão de milhares de trabalhadores – os operários da Cerâmica Zanon têm trabalhado sob auto-gestão, na tentativa de manter seus empregos. A fábrica emprega, atualmente, mais de 200 funcionários.

Há alguns anos, os operários impediram que máquinas e equipamentos fossem retirados da empresa. Hoje, eles trabalham sem patrões – experiência que conquistou o apoio da população argentina e o descontentamento de setores privados.

Atualmente, a principal reivindicação dos trabalhadores é o fim da perseguição e a expropriação definitiva de Zanon, bem como sua entrega à cooperativa "FaSinPaT" (cujas iniciais sintetizam a ideia: "Fábrica Sem Patrões").

Como a experiência dos trabalhadores tem dado certo e representa uma possibilidade de luta de classe, o empresariado argentino vem tentando acabar com a fábrica, com o apoio do governo e das forças policiais.

De acordo com documento divulgado pelo Espaço Marx-SP (rede eletrônica de divulgação e intercâmbio dos pensamentos de Marx e Engels) e pelo Centro de Mídia Independente, por cinco vezes os operários conseguiram resistir à ordem de despejo, com auxílio de outros movimentos sociais e da população da província de Neuquen. Contudo, seus opositores – com o intuito de reprimir e minimizar a força desses trabalhadores – têm liderado seqüestros, torturas e ameaças de morte.

No dia 4 de março, a esposa de um dos operários da fábrica autogestada foi seqüestrada e torturada. Os principais ameaçados são Raul Godoy – operário e Secretário Geral do Sindicato dos Ceramistas, Mariano Pedrero – advogado do Sindicato – e Alejandro Lopez, funcionário da fábrica.

Em 8 de março, houve uma manifestação que reuniu mais de 5 mil pessoas, que marcharam ao Palácio do Governo de Neuquen para denunciar as ameaças e a repressão contra os trabalhadores de Zanon.

Funcionários do metrô, que conquistaram 44% de aumento salarial após semanas de greve, também têm sido ameaçados de morte, e assim como outras categorias profissionais, têm apoiado os operários de Zanon em defesa da auto-gestão.

Está disponível na Internet um abaixo-assinado de Apoio Internacional aos Trabalhadores de Zanon, que já tem mais de 20 mil assinaturas. Aqueles que quiserem manifestar seu apoio à causa podem encontrar o texto no endereço eletrônico: www.petitiononline.com/zanon/petition.html ou ainda enviar um email para prensaobrerosdezanon@neunet.com.ar

Fonte: Centro de Mídia Independente (CMI) <http://www.midiaindependente.org/> e Espaço Marx-SP <http://www.redmarx.net/emarx-sp/> março de 2005.

PRIVATIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ÁGUA NO RIO GRANDE DO SUL

De acordo com a *Agência Carta Maior*, o governador Germano Rigotto (PMDB) conseguiu aprovação, no último dia 29 de março, para o projeto que libera a exploração de serviços de captação, tratamento e distribuição de água pela iniciativa privada, no Rio Grande do Sul, por meio do projeto das Parcerias Público-Privadas. As PPP's, defendidas pelo governo federal, abrem portas para a privatização de setores até então administrados pela espera pública.

Depois da discussão na Assembléia Legislativa gaúcha, protagonizada por Rigotto e pelo deputado estadual Estilac Xavier (PT), – este último autor do artigo que impedia a exploração privada dos serviços de água – o governador peemedebista conseguiu aprovar o projeto que privatiza os serviços deste setor no RS com uma diferença de apenas 2 votos (28 a favor e 26 contra).

Segundo a *Agência Carta Maior*, nem a pressão dos servidores da Companhia de Saneamento do Rio Grande do Sul (Corsan) funcionou para derrubar o projeto do governador.

A oposição ao projeto de Rigotto também ficou por conta da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O presidente da seção gaúcha, Valmir Batista, lembrou que a Lei nº9.433/97, que regulamenta o Código das Águas, assegura que esta é um bem público.

Fonte: Agência Carta Maior, 1º de abril de 2005.

CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS À INICIATIVA PRIVADA

A sociedade civil já se manifesta contrariamente ao Projeto de Lei nº4.776/2005, encaminhado pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional, que prevê concessão de florestas públicas para a exploração do setor privado. O prof. Aziz Ab' Saber, geógrafo e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), diz que todos devem repudiar tal projeto por representar uma ameaça à região amazônica.

José Domingues de Godói Filho, geólogo e professor da Universidade Federal do Mato Grosso, destaca que "*além de privatizar as nossas florestas, com a aprovação do projeto, o governo Lula aprofunda o desmanche do IBAMA para atender os interesses das empresas transnacionais e de seus aliados (empresários) nacionais*".

De acordo com o boletim da EcoAgência Solidária de Notícias Ambientais, Godói Filho assegura que este projeto visa atender o Relatório nº 24182-BR/Banco Mundial, de 20 de maio de 2002, tornado público em novembro de 2003, onde os técnicos do BIRD informam que "*O Banco Mundial está preparando um relatório sobre o desflorestamento na Amazônia e os resultados dessa avaliação devem subsidiar a formulação da estratégia para a sua assistência*".

Segundo o professor da UFMT, esta Lei expressa o projeto de internacionalização da Amazônia, em curto prazo. Para que a sociedade possa expressar seu descontentamento à proposta, um manifesto tem circulado pela Internet, com o intuito de colher assinaturas. Os interessados em aderir à causa devem enviar um e-mail para condsefcpd@brturbo.com.br

Fonte: www.ecoagencia.com.br, abril de 2005.

AMEAÇA CONTRA A VIDA DE LIDERANÇAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

REPRODUZIMOS, NA ÍNTEGRA, A DENÚNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DE RORAIMA (OPIR) E DO NÚCLEO INSIKIRAN DE FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA (UFRR):

Vimos publicamente denunciar as ameaças contra a vida da Professora Pierlângela Nascimento da Cunha, Coordenadora Geral da *Organização dos Professores Indígenas de Roraima* (OPIR), e do Professor Telmo Ribeiro Paulino, Coordenador do Centro de Formação Makuxi Região Baixo Cotingo, na T.I. Raposa Serra do Sol.

Por meio de várias ligações anônimas, realizadas no dia e na noite dos dias 20 e 21 de abril de 2005, ameaçaram a vida de pessoas que lutam pela melhoria da educação e pelo resguardo dos direitos dos povos indígenas.

Condenamos veementemente essas agressões covardes contra a integridade física e psicológica que afeta a famílias inteiras. Essa atitude antidemocrática, que promove o terror contra cidadãos comprometidos com a melhoria das condições de vida dos povos indígenas, é uma ação desproporcional e sem fundamentos, que quer promover o caos e a desobediência civil em Roraima contra a decisão do Governo Federal de Homologar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Estas ameaças se somam as já feitas contra o Prof. Fabio Almeida de Carvalho, Coordenador do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena que no dia 19 de abril, foi atacado com uma bomba incendiária, às 03h00 da madrugada, que tentou queimar seu carro e sua casa. Posteriormente, recebeu diversas ligações anônimas ameaçando sua família.

Repudiamos a falta de segurança no Estado para quem sofre este tipo de agressão e a falta de compromisso das autoridades constituídas legalmente para cuidar e proteger os cidadãos brasileiros contra criminosos que promovem o terrorismo e a violência.

Exigimos que as autoridades protejam nossos companheiros e suas famílias, responsabilizando-se pela segurança de nossas lideranças e suas famílias.

Vimos, desta forma, condenar as agressões e as ameaças covardes, bem como todo tipo de violência às pessoas que defendem a melhoria da educação e que querem ver as crianças, jovens e adultos indígenas construindo um futuro novo, cheio de esperança e de vida.

Ressaltamos que estas ameaças não intimidam a quem tem convicção de que atua na defesa legítima e legal de seus direitos ancestrais. Os povos indígenas vêm lutando a mais de 500 anos pela defesa de seus territórios e sua cultura e não serão estas ameaças traiçoeiras que deterão o curso da história.

Boa Vista - Roraima, 22 de abril de 2005.

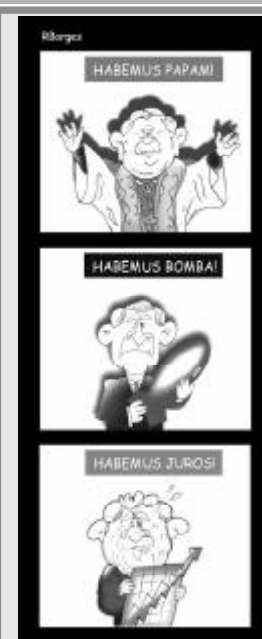
**Organização dos Professores Indígenas de Roraima / OPIR
Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena / UFRR**

MARCHA À BRASÍLIA PEDE CONVERSÃO DA DÍVIDA EXTERNA PARA EDUCAÇÃO

No dia 27 de abril, cerca de sete mil pessoas realizaram uma passeata, em Brasília, que marcou a campanha nacional pela conversão de parte da dívida externa brasileira em recursos para educação. A presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Juçara Dutra Vieira, liderou o grupo que esteve em audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE) e vários ministros, no Palácio do Planalto, para entregar documento em que propõe o redirecionamento dos recursos da dívida externa para financiar o ensino no país. A dívida externa do país tem valor aproximado de R\$545 bilhões.



Fonte: Diário Vermelho, 27 de abril de 2005.



FORTE: Ricardo Borges, ANDES-SN

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA
PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
DOS DOCENTES DA UFRRJ

Endereço:
Rodovia BR 465, Km 7
Campus da UFRRJ – Seropédica
Rio de Janeiro
Caixa Postal: 74.537
CEP: 23.851-970.
Telefax: (21)2682-1379.
E-mail: adurrj@adur-rj.org.br

Conselho Editorial:
Canrobert Penn Lopes Costa
Neto, Célia Regina Otranto,
Frederico José Falcão, Irlete
Braga da Trindade, Luís Mauro
Sampaio Magalhães, Maria
Teresa Carneiro da Cunha,
Ricardo Barbara e Rosane
Ferreira de Oliveira.

Redação e diagramação:
Aline Pereira (Reg. 25163/MTb)

Fotolito e impressão:
Editora Esquema

